

Arqueologia em Unidades de Conservação na Região de Diamantina – MG. As sucessivas ocupações de suas paisagens e cavidades

Alenice Motta Baeta*¹
Henrique Piló²

¹ Arqueóloga. Consultora da STCP Engenharia de Projetos Ltda - SEMAD-IEF/MG. Coordenação Técnica do Programa de Potencial e Diagnóstico Arqueológico Não Interventivo nas áreas de abrangências dos Parques Estaduais Biribiri, Rio Preto e Pico do Itambé, Instituto Estadual de Florestas – IEF/MG.

² Arqueólogo. Consultor da STCP Engenharia de Projetos Ltda. SEMAD-IEF/MG. Arqueólogo do Programa de Potencial e Diagnóstico Arqueológico Não Interventivo nas áreas de abrangências dos Parques Estaduais Biribiri, Rio Preto e Pico do Itambé, Instituto Estadual de Florestas - IEF/MG.

Resumo O presente artigo visa apresentar algumas informações levantadas no programa de Diagnóstico Arqueológico realizado nas áreas de abrangência de três unidades de conservação estaduais, a dizer, Parques Estaduais do Pico do Itambé-PEPI, Rio Preto-PERP e Biribiri-PEB, situados na região de Diamantina, Minas Gerais, como parte integrante do programa de zoneamento e plano de manejo dos mesmos. Pretende-se ainda descrever e contextualizar sucintamente alguns dos sítios mais significativos identificados em cada Unidade de Conservação (UC), em função da qualidade de seus testemunhos e vestígios neles encontrados. Na última parte, serão então, apresentadas algumas diretrizes relativas à proteção e valorização do patrimônio arqueológico contido nas UCs aqui focalizadas.

Palavras-chave: Arqueologia, Unidades de Conservação, Diamantina.

1. Introdução

O presente artigo visa apresentar algumas informações levantadas no programa de Potencial e Diagnóstico Arqueológico¹ realizado nas áreas de abrangência de três unidades de conservação estaduais (Parques Estaduais do Pico do Itambé-PEPI, Rio Preto-PERP e Biribiri-PEB), situados na região de Diamantina, Minas Gerais, como parte integrante do programa de plano de manejo e zoneamento dos mesmos².

A região de implantação dos três Parques Estaduais está situada na antiga Comarca do Serro Frio, zona de exploração do ouro e diamante no século XVIII, também conhecida como "distrito diamantino", que no auge de sua exploração mineral chegou a ter uma legislação e administração própria (FURTADO, 1996).

Munida de uma beleza paisagística pitoresca, esta região, situada na borda oriental da Serra do Espinhaço, é composta por um cenário natural de paredões rochosos de quartzito e arenito, escarpas entrecortadas por córregos espalhados e

diversas cachoeiras, servindo também de divisora de águas das bacias dos rios São Francisco, Doce e Jequitinhonha. Alguns de seus abrigos rochosos apresentam indícios de sucessivas ocupações humanas oriundas do período pré-colonial e histórico, apresentando um quadro arqueológico regional bastante peculiar. Composto ainda esta paisagem rupestre se encontram antigos sítios e núcleos urbanos oriundos do período colonial como Diamantina, Serro, antiga Vila do Príncipe e seus distritos, munidos de um rico conjunto de monumentos de relevância artística e arquitetônica.

Esta região é um dos principais polos turísticos do estado, atraindo inúmeros visitantes de outros pontos do país e do exterior. Faziam-se necessários a realização de estudos ambientais pormenorizados nas Unidades de Conservação estaduais ali criadas, visando, sobretudo, a proteção do seu patrimônio ambiental e cultural, bem como a sua futura abertura para visitação pública controlada nos locais ou zonas indicadas para este fim.

Os estudos de diagnóstico e avaliação do meio antrópico relativos aos zoneamentos e planos de manejos das três Unidades de Conservação aqui tratadas seguiram basicamente um roteiro metodológico de planejamento integrado elaborado

*e-mail: alenicebaeta@yahoo.com.br

¹ Autorizada por meio da Portaria N. 30 de 17 de fevereiro de 2004 - IPHAN, no Diário Oficial da União - DOU.

² Cf BAETA, A. e PILÓ, H. (2004-1/2/3).

pelo IBAMA³, direcionado para parques, reservas e estações ecológicas.

O objetivo principal do diagnóstico executado foi estabelecer a partir de uma visão multidisciplinar, sem perder as particularidades de cada tema, as áreas e sítios que devem ter acessos restritos, parciais ou totais, subsidiando as informações essenciais na orientação ao visitante.

No que se refere ao tema patrimônio arqueológico, foram identificados nas três áreas dos parques e suas adjacências dezenas de sítios arqueológicos. Já havia, inclusive, alguns sítios arqueológicos cadastrados no Sistema de Gerenciamento de Patrimônio Arqueológico-SGPA do IPHAN, em especial nos municípios de Diamantina, Serro, Gouveia e Datas.

Foi constatado um conjunto tipológico recorrente de sítios arqueológicos nos três parques estudados. Tendo em vista a grande extensão das Unidades de Conservação foram realizados caminhamentos sistemáticos visando abranger a maior área possível em seu interior e arredores. Bom lembrar, que os levantamentos diagnósticos, não envolveram realização de sondagens arqueológicas, de modo que o panorama apresentado não inclui sítios ou vestígios em profundidade. Também não foi coletado nenhum testemunho arqueológico. O objetivo foi identificar, contextualizar e analisar a situação de cada sítio no que se refere a sua proteção, dentro do esquema do zoneamento e plano de manejo de cada unidade de conservação.

Foram identificados sítios em abrigos sob rocha e a céu aberto. Nos sítios abrigados, foram encontrados testemunhos pré-coloniais, sobretudo figurações rupestres, e alguns poucos vestígios em superfície como instrumentos líticos, quebra-cocos em blocos fixos, além de possíveis restos de estruturas de combustão.

Alguns destes mesmos abrigos foram ocupados posteriormente, já em período histórico, principalmente a partir do século XVIII, por garimpeiros, quilombolas, tropeiros ou mesmo catadores de sempre-viva, dentre outros tipos de transeuntes, muito comuns naquelas chapadas. Muitas destas lapas, inclusive, apresentam sinais de fuligem sobre as figurações rupestres, em função do uso de estruturas de combustão por seus moradores mais recentes.

Apesar da beleza de muitas localidades de Diamantina, percebem-se as marcas catastróficas da atividade mineradora, que provocou um alto nível de degradação ambiental, comprometendo, sobretudo, o leito das drenagens, alterando as suas feições paisagísticas naturais. Possivelmente, sítios pré-coloniais, que poderiam ter existido em terraços, praias e encostas suaves de colinas, já foram irreversivelmente destruídos.

Os sítios históricos, via de regra, são também encontrados nos abrigos e cavernas quartzíticas, cujos salões parcialmente iluminados, foram adaptados como moradias temporárias. São geralmente encontradas camas, jiraus, armadilhas para caçar animais, bem como fogões a lenha e buracos de estacas que serviam para fechar a entrada das lapas com palha e madeira,

bem como cultura material móvel composta por cacos de vidro, plásticos, utensílios domésticos de alumínio, louça, ferro, além de cerâmica cabocla e faianças. Muitas vezes, podem ser observados na superfície destes abrigos, inúmeros vestígios arqueológicos superpostos. Por sua vez, estas ocupações históricas apresentam importante valor etnográfico.

Muitas lapas são ocupadas até os dias atuais por coletores de sempre-vivas, que ficam semanas abrigados em seus interiores quando da época da colheita da planta. Esta prática é bastante comum na região, movimentando a economia local.



Figura 01. Ocupação de lapa por catadores de sempre viva. Lapa Santa Apolônia. Parque Estadual do Biribiri - MG

A partir deste panorama geral, pretende-se neste artigo, descrever e contextualizar sucintamente alguns dos sítios mais significativos identificados em cada unidade de conservação, em função da qualidade de seus testemunhos e vestígios neles encontrados.

Os levantamentos detalhados sobre o Patrimônio Arqueológico com a descrição pormenorizada de cada sítio, mapeamento, croquis e suas situação dentro do contexto do zoneamento de cada unidade de conservação encontram-se nos três relatórios técnicos de referência (BAETA; PILÓ, 2003). Na última parte, serão então, apresentadas algumas diretrizes relativas à proteção e valorização do patrimônio arqueológico contido nas Unidades de Conservação aqui focalizadas.

2. Parque Estadual do Biribiri – PEB

O Parque Estadual do Biribiri (PEB) situa-se a 15 km da sede do município de Diamantina, segundo seu documento oficial de criação, Decreto Estadual nº 39.909/1998 perfaz uma área de 16.998,66 hectares.

Ao todo, foram identificados 32 sítios de interesse arqueológico, sejam possuidores de testemunhos pré-coloniais ou de interesse histórico.

No que se refere aos sítios pré-históricos, vale a pena mencionar a Lapa da Sentinela, que possui aproximadamente 60 metros de comprimento, sendo que as zonas abrigadas não

³ IBAMA, Roteiro Metodológico de Planejamento Parque Nacional, Reserva Biológica e Estação Ecológica, Brasília, 2002.

ultrapassam 3 metros de profundidade. Trata-se de um importante sítio arqueológico, por conter um grande número de figurações rupestres pré-coloniais, em maioria típicas da Tradição Planalto⁴. Lamentavelmente, em função da sua proximidade de uma cachoeira, situada a 300 metros da estrada que interliga a sede de Diamantina à Vila de Biribiri, a localidade se encontra muito degradada, com vários focos de lixo devido visitas turísticas até então, desordenadas.

Da estrada avista-se o paredão e algumas de suas pinturas, que atraem muitos curiosos. Vários locais da parede apresentam rabiscos atuais de giz, carvão, incisões e tinta, muitas delas sobre as figurações rupestres pré-coloniais.

No que se refere às pinturas, apesar da exposição ao sol, principalmente da zona norte do abrigo, boa parte delas ainda apresentam um bom nível de visibilidade. No entanto, há



Figura 02. Vista geral do paredão da “Sentinela”



Figura 03. Detalhe dos grafismos rupestres da “Lapa da Sentinela”.
Parque Estadual do Biribiri - MG

vários focos de deslocamento da parede, comprometendo a integridade de alguns conjuntos picturais. Na zona sul do abrigo, também podem ser observadas marcas de fuligem no teto, possivelmente pré-históricas.

Em outro abrigo, na Lapa do Barril, em uma pequena parede não abrigada há algumas figuras geométricas, tais como pontos, pente e grade, temas também comuns da Tradição Planalto. De qualquer forma, é interessante notar a rara ausência de cervídeos, o que pode também indicar um momento crono-estilístico diferenciado na região de Diamantina, já observados em sítios do médio Vale do Jequitinhonha e rio Doce (JUNQUEIRA; MALTA 1987). Este sítio se encontra em local totalmente isolado, longe de acessos e núcleos urbanos.



Figura 04. Disposição dos grafismos no suporte rochoso – Lapa do Barril.



Figura 05. Vista da área abrigada da Lapa do Barril. Parque Estadual do Biribiri – MG

⁴ A unidade estilística Planalto, grosso modo, caracteriza-se pelo domínio qualitativo ou pelo menos visual de representações zoomorfas, especialmente de quadrúpedes (muitos deles, possíveis cervídeos) e em alguns casos, peixes. Apresentam-se associados a antropomorfos estilizados, nuvens de pontos, traços e bastonetes, que também aparecem de forma isolada ou formando conjuntos entre si. A maioria das figuras são monocromáticas. Na Serra do Espinhaço, sobretudo, as figurações zoomorfas normalmente são preenchidas por finos e tênues traços (PROUS, A.; BAETA, A.; RUBBIOLI, 2003). Maiores informações sobre as Unidades Estilísticas desta região, cf. ISNARDIS, 2009 e ISNARDIS; LINKE, 2005. Ainda sobre processo ocupacional pré-colonial regional, sobretudo na Serra Negra (FAGUNDES ET AL, 2012).



Figuras 6, 7, 8 e 9. Detalhe das figurações rupestres geometrizarantes que podem indicar a presença de um momento crono-estilístico diferenciado da típica Tradição Planalto, possivelmente fruto de influências de conjuntos de grafismos rupestres presentes em regiões vizinhas, principalmente do leste mineiro.



A Lapa dos Desenhos apresenta-se como um importante sítio multicomponencial. Trata-se de um abrigo quartzítico com 26m de abertura por 15m de profundidade exposto para NW. Há conjuntos de figuras rupestres compostos por poucas pinturas remanescentes, apresentando representações, sobretudo de cervídeos. Há ainda alguns vestígios de pinturas, cujas formas não puderam ser identificadas em virtude de estarem abaixo das marcas de fuligens antigas. Composto com estas figurações, há algumas inscrições peculiares de interesse histórico. Trata-se de desenhos, sobretudo de casarões feitos em carvão e hematita. Há também registros mais recentes como uma peculiar inscrição “Roberto Carlos é Brasa”.

Esta lapa apresenta inúmeras estruturas de moradia. Possui na porção leste camas em taquara, muros de pedra na parte central. Na lateral W há fogão com trempe, jirau e uma pequena bacia natural de água cercada por pedra logo abaixo de uma pequena nascente de água.



Figura 10. Inscrições históricas sobrepostas a grafismos pré-históricos. “Lapa dos Desenhos”. Parque Estadual do Biribiri – MG,



Figura 11. Camas de taquara – “Lapa dos Desenhos”. Parque Estadual do Biribiri - MG

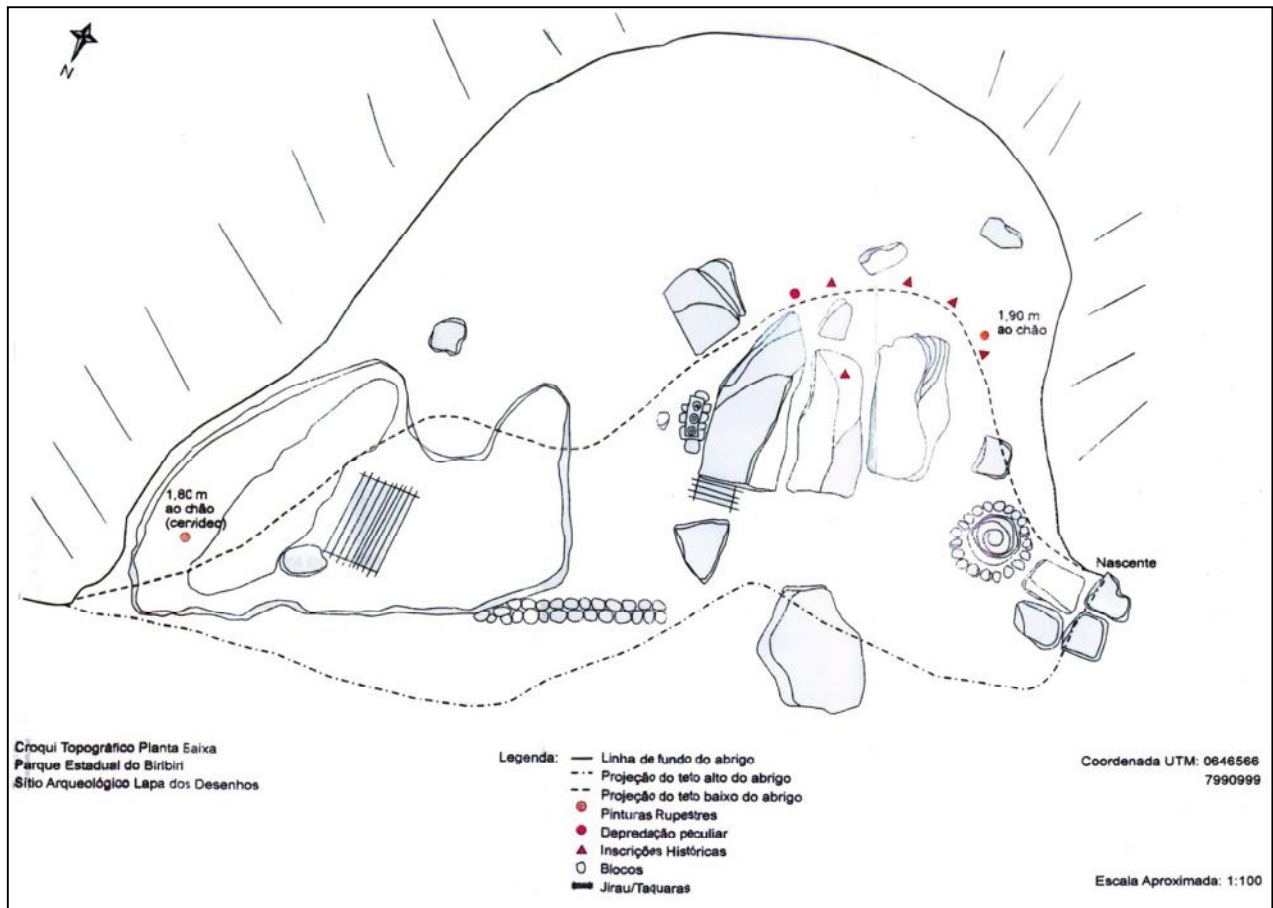


Figura 12. Croqui topográfico – Sítio Arqueológico Lapa dos Desenhos – Baeta e Pilo – Tratamento final STCP Engenharia de Projetos

Foram também identificados no interior desta unidade, alguns testemunhos de antigas extrações minerais, compostos principalmente de catas, mundéus e montículos de seixos revirados.

Outro registro histórico de grande importância nesta unidade é o caminho calçado que interliga Mandanha a Diamantina, construído no início do século XIX, pelo Intendente da Câmara.

Este trecho da estrada real, conhecido como “Caminho dos Escravos” teve suma relevância histórica em toda a região. Era por ela que se fazia o transporte de víveres da região de Rio Manso para as minas de diamante e parte do escoamento da produção mineral da região. Saint Hilaire cruzou este caminho e relata seu acidente que o deixou imobilizado por bom tempo

“O terreno que margeia o caminho é a princípio arenoso e árido; mas em seguida a vegetação torna-se mais bonita que a de perto do Tijuco. Pus-me então a colher flores, deixando seguir o tocador João Moreira que conduzia os animais carregados com minha bagagem. Mas logo minha pasta de plantas assustou o cavalo que eu montava e caí no meio das pedras. A queda foi violenta; meu sangue corria de todos os lados e meu olho esquerdo

principalmente foi grandemente ofendido. Estando já há duas léguas e meia de Tijuco e somente a uma de Rio Manso, tomei a resolução de seguir para esta última povoação, e, após ter lavado o rosto em um riacho, pus-me a caminhar. A pouca distância do local em que levei a queda encontrei meu cavalo, amarrado a uma árvore por algum transeunte honesto. Sentia então uma violenta dor no estômago, consequência da comoção que sofri; sentei-me e dormi imediatamente. Acordando peguei as rédeas do meu cavalo e recomecei a caminhar. Ao fim de pouco tempo as forças faltaram-me; vi-me obrigado a tornar a sentar e tornei a desfalecer. Depois dos negros que passavam ajudaram-me a montar a cavalo e um deles me conduziu a Rio Manso.

Antes dessa aldeia, em um lugar chamado Mandanha ou Mendanha, acha-se um serviço, que outrora forneceu muito diamante e que é localizado às margens do Jequitinhonha. Achava-me muito mal quando passei por esses lugares, para poder descrever-los; mas admirei o caminho que conduz de Tijuco a Mandanha, quase todo cavado na rocha. Esse caminho é fruto dos cuidados do Sr.

Da Câmara e honra sua inteligência” (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 40).

Como se vê, o “Caminho dos Escravos” era bastante movimentado nesta época, tendo em vista que no curto período do acidente com o viajante, este relata a passagem de pelo menos três pessoas, o que amarrou seu cavalo e os dois que o conduziram a Rio Manso. Ainda segundo Saint-Hilaire, este caminho de Diamantina a Mendanha, chamou sua atenção em virtude do cuidado e da maestria com que fora feito. Infelizmente parte desse caminho já se encontra totalmente destruído, principalmente nos trechos mais próximos da sede de Diamantina. Há um pequeno abrigo rente a este caminho, que possivelmente foi utilizado pelos viajantes para descanso, devido os inúmeros vestígios de uso, principalmente fuligens em seus tetos.



Figura 13. Abrigo de tropeiros no “Caminho dos Escravos”



Figura 14. Trecho calçado do “Caminho dos Escravos”. Parque Estadual do Biribiri - MG

Um importante conjunto histórico-arquitetônico, a Vila de Biribiri, construído no último quartel do século XIX se encontra no entorno próximo desta unidade de conservação.

A partir da década de 1870, a indústria teve grande crescimento no município de Diamantina. Este importante conjunto é considerado um marco no desenvolvimento da indústria têxtil do Estado de Minas Gerais.

Em torno de uma fábrica de tecidos, modernamente equipada para a época, surgiu um pequeno aglomerado urbano integrado por galpões industriais, prédios de depósito e administração, residências de operários, escola, teatro e uma igreja para culto religioso dos trabalhadores (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1994, p.95).



Figura 15. Detalhe de pintura paredão de Pinheiros

A antiga fábrica têxtil carrega o título de ser uma das primeiras do Brasil a ser auto-suficiente e abrigar seus trabalhadores. A fábrica, juntamente com a vila de Biribiri, foi criada pelo bispo D. João Antônio dos Santos, em 1876, e apresentava também uma estrutura para a fundição de bronze e ferro.

A 6-1-1876, inaugurou-se festivamente a fábrica do Biribiri, fundada pelo bispo D. João Antônio dos Santos e sua família, inspirada, além do mais, no intuito de beneficiar moças e meninos. Começou a funcionar com 20 teares, sob a direção da firma Santos & Cia. Criaram-se, também, oficinas de lapidação e fundição de metais, tendo saído dessa última o sino da Basílica do Sagrado Coração de Jesus. A fábrica foi premiada com medalha de ouro, a exposição do centenário. Pertence hoje a Irmãos-Duarte Sociedade Anônima com o capital de Cr\$ 2.000.000,00 e 140 teares (MACHADO FILHO; 1980, p.194).

A fábrica pertence hoje à família Mascarenhas, tendo sido adquirida na década de 60 do século XX, mantendo seu funcionamento até 1973, quando foi desativada.

Ainda na área de entorno, em localidades conhecidas como Pinheiros e Serra dos Escravos, também foram encontrados abrigos com figurações rupestres típicas, em bom estado de conservação.



Figura 16. Conjunto de pinturas – Paredão da Serra dos Escravos. Parque Estadual do Biribiri - MG

3. Parque Estadual Pico do Itambé-PEPI

A área definida para o Parque Estadual do Pico do Itambé (PEPI), em seu documento oficial de criação, corresponde a 4.696 hectares, distribuídos em três municípios distintos, de Santo Antônio do Itambé, Serro e Serra Azul de Minas, em uma região que abrange as cabeceiras dos rios Jequitinhonha e Doce. A área total do parque, segundo seu decreto de criação, 39.398/1998, perfaz 4.696 hectares.

Ao todo, foram identificados 30 sítios de interesse arqueológico, sejam possuidores de testemunhos pré-coloniais ou de interesse histórico, sendo a maioria localizado na área de entorno da unidade de conservação. Parte da porção interna desta unidade é munida por uma topografia bastante acidentada, constituída por muitos paredões abismais, dificultando o acesso humano. Muitos destes locais não apresentam condições de uso ou moradia no período pré-colonial.

Os sítios de interesse histórico foram bastante utilizados, sendo um deles, o que chamou mais atenção em virtude de seu estado de conservação, a Lapa da Onça, uma lapa quartzítica com 50 metros de abertura e 20 metros de profundidade, sendo que o abrigo, em sua parte mais alta, chega a medir 5 metros de altura. Possui vestígios de estadias de tropeiros e viajantes. Visando a proteção de seus usuários durante a noite, foram instaladas paredes de taquara circundando camas e jiraus. Em seu piso interno, podem ser observadas manchas orgânicas e sinais de fogueiras recentes, delimitadas por blocos.

Um local peculiar também foi encontrado dentro do perímetro do parque, a Toca do Fugitivo, uma pequena fenda na laje de pedra que se interliga a um grande salão. Segundo informações orais de antigos da serra do Itambé, este local foi

utilizado desde a época da escravidão até pouco tempo atrás, para esconder ‘fugitivos’, em virtude de sua difícil identificação e acesso.



Figura 17. Paredes de taquara – “Lapa da Onça”. Parque Estadual Pico do Itambé - MG



Figura 18. Vista da entrada da “Toca do Fugitivo”



Figura 19. Vista interna da “Toca do Fugitivo”. Parque Estadual Pico do Itambé - MG

Alguns trechos de caminho de tropeiros perpassam esta unidade de conservação, se encontrando parcialmente conservados. Estes segmentos formam um estreito caminho, com calçamento de pedra em uma rota que atravessa a região do Apertado, na Serra do Pico do Itambé, ligando os núcleos urbanos Santo Antônio do Itambé e Capivari, que se situam em lados opostos desta serra. Os sítios de mineração também são comuns em Itambé, sendo que os principais rios com vestígios desta atividade nesta unidade de conservação e suas imediações são o Córrego do Pindaíba, Barro Preto, Córrego do Pai Félix, Cabeceira do Rio Vermelho e Arrependido.



Figura 20. Vista da calçada do “Caminho do Apertado”. Parque Estadual Pico do Itambé – MG

Outras cavernas que merecem especial destaque são a do Pai Félix e a do Izidoro, em função de suas enormes proporções. Por se encontrarem em um dos pontos mais altos do parque, foram utilizadas como moradia e unidade doméstica por garimpeiros, que devido a dificuldade de acesso a estes locais, permaneciam alojados em seus salões. Ainda há vestígios nestas de um grande fogão a lenha, estruturas de camas e jiraus, além de esteios de “engenhocas”.



Figura 21. Esteio – Lapa do Pai Félix



Figura 22. Vista da “boca” da Lapa do Pai Félix Parque Estadual Pico do Itambé – MG



Figura 23. Estrutura de um grande fogão a lenha – Lapa do Izidoro



Figura 24. Vista da “boca” da Lapa do Izidoro. Parque Estadual Pico do Itambé – MG

Os sítios pré-coloniais identificados encontram-se na área de entorno desta unidade de conservação. A Lapa das Lombas, por exemplo, possui inscrições rupestres cujos temas são dois cervídeos vermelhos. No chão do abrigo foi

encontrada também pequena concentração de quartzo, não sendo possível precisar se estes pré-coloniais, ou oriundos de lascamentos realizados por exploradores de cristal, em virtude da lapa ser habitada até os dias atuais, fato comprovado pela enorme quantidade de carvão oriunda de uma fogueira recente, além de armadilhas espalhadas pelo local.

A Lapa do Carijó, pequeno paredão pouco abrigado situado a 500 metros da Cachoeira homônima, tem sido muito visitada por turistas que frequentam a vila de Milho Verde. Apresenta um conjunto de figurações vermelhas, sobretudo representações de cervídeos preenchidos por traços. Este pequeno abrigo pode ser avistado do alto da cachoeira na direção da Serra do Lajeado. A exposição permanente ao sol vem causando o deslocamento dos seus suportes rochosos.



Figura 25. Detalhe dos grafismos rupestres



Figura 26. Vista frontal da “Lapa do Carijó”. Parque Estadual Pico do Itambé - MG

No Conjunto de Abrigos do Lajeado, situado nos afloramentos laterais das cachoeiras e corredeiras, podem também ser encontrados alguns abrigos que possuem figurações rupestres. Trata-se de figuras vermelhas, muitas delas representações de peixes e quadrúpedes preenchidas por pontos e traços. A exposição excessiva de suas paredes ao sol vem causando o desaparecimento destes tipos de vestígios, o que é bastante preocupante.

4. Parque Estadual do Rio Preto-PERP

O rio Preto foi declarado em 1991, rio de Preservação Permanente e a necessidade de proteger suas nascentes culminou na criação do Parque Estadual do Rio Preto (PERP) em 01 de junho de 1994.

As marcas principais da ocupação da região onde hoje está inserido o Parque do Rio Preto, foram as atividades agro pastoris e a mineração, na antiga Fazenda das Boleiras. Não obstante, as forjas de ferro também exerceram forte papel na economia regional, sendo as do Bonfim, as mais promissoras.

A articulação da população local já havia transformado o Rio Preto em um rio de proteção permanente. Surgia então a necessidade de proteger sua nascente, sendo que, em 01 de junho de 1994, através do decreto nº 35.611, foi autorizada a criação do parque, em uma área de 10.755 hectares.

Uma particularidade desta unidade é a passagem de um antigo caminho de tropeiros que levavam bens de consumo da região de Couto Magalhães e São Gonçalo do Rio Preto a Diamantina. É comum associar a estrada real com os quatro caminhos afamados que ligavam Ouro Preto ao Rio de Janeiro, passando por São Paulo; Ouro Preto ao Rio de Janeiro passando pela Mantiqueira; o caminho da Bahia e o caminho do Distrito dos Diamantes a Ouro Preto. Sabe-se, contudo, que estes caminhos apresentavam inúmeros ramais, com calçamento em alguns trechos e que compunham, juntamente com estas estradas principais, o conjunto de estradas reais.

O caminho que ligava Vila Rica ao Tijuco e consequentemente esse às fontes de abastecimento de víveres, foi de fundamental importância para a economia diamantífera.

Ainda assim, constitui esta última via um caminho destacado no âmbito da capitania das Minas Gerais. A descoberta do diamante na região do Serro Frio e do Tijuco logo tornou o caminho de acesso a ela o que podemos considerar uma das vias regionais mais destacadas, senão a mais, da capitania. Por ela se chegava, a partir de Vila Rica, à região que produzia as pedras preciosas mais cobiçadas na época. Daí a sua importância (SANTOS, 2001, p.111).

Muitos tropeiros que saíam de Rio Vermelho, passando pela região do Alecrim e Boleiras subiam a chapada do Couto ou "Coito" visando atingir a região de Morro Redondo, a fazenda Curral (um ponto de parada) e Curralinho, até chegar ao mercado de Diamantina. Estes caminhos também eram utilizados por antigos garimpeiros e mais recentemente por catadores de sempre-viva. Toda esta área se encontra na parte alta do PERP.

Assim como nos parques citados anteriormente, os sítios de interesse histórico apresentavam marcas desta história de ocupação, muita fuligem em seus tetos, camas e jiraus, além de estruturas de combustão recentes, como fogões e fornos de barro. Os sítios de mineração também são muito comuns nesta região, em virtude de seu grande potencial mineral.

Uma das escarpas conhecida como Lapa do Anísio, utilizada em período histórico encontrava-se, quando da elaboração deste estudo, em pleno funcionamento. Estava habitada por funcionários do parque que vigiam a Chapada do Couto. Trata-se de um pequeno abrigo vedado com taquaras. Reveste-se de interesse histórico e etnográfico para os visitantes desta chapada, que vão ver nas lapas vizinhas apenas os vestígios de seus antigos moradores.



Figura 27. Lapa do Anísio – Uso atual de abrigo rochoso. Parque Estadual do Rio Preto

Os sítios arqueológicos pré-históricos⁵ foram encontrados em várias localidades do perímetro do parque, assim como em seu entorno, demonstrando o alto potencial arqueológico da região. O abrigo de mais fácil visualização em virtude de sua proximidade da estrada é a Lapa do Tatu, em um afloramento quartzítico, com dois pequenos abrigos, um na porção leste e o outro em sua porção oeste.

O abrigo leste possui em seu nicho central uma figura rupestre vermelha, de um quadrúpede preenchido por traços. O estado de conservação da pintura é bom mesmo com sua exposição ao sol por várias horas do dia. Esta pode ser vista sem grande esforço por pessoas que transitam pela estrada.



Figura 28. Grafismo rupestre da “Lapa do Tatu”. Parque Estadual do Rio Preto - MG

A Lapa do Urubu apresenta em algumas de suas paredes e blocos algumas centenas de figurações rupestres em estado de conservação ruim devido a deslocamentos dos suportes. O conjunto de figurações também pode ser atribuído à Tradição Planalto, já descrita anteriormente. O piso interno deste abrigo possui, em alguns locais, uma boa sedimentação, apresentando, inclusive, material arqueológico em sua superfície, pré-colonial: um batedor e uma lasca de quartzo. Também foi identificado, no mesmo contexto, fragmento de cerâmica histórica.

A Lapa do Poço do Veado ou do Poço da Água Fria situa-se à margem do rio Preto, onde há uma cachoeira e praias formadas por bolsões de areia. A lapa apresenta em sua porção central uma grande figura de um cervídeo vermelho. Em suas proximidades encontram-se outros três abrigos, Lapa do Veado I, II e III, com figurações rupestres pré-históricas, sendo que um dos abrigos também possui quebra-cocos em um de seus blocos fixos. Estes últimos sítios localizam-se muito próximos um dos outros, podendo ser considerado um importante conjunto de abrigos arqueológicos com figurações rupestres da margem direita do rio Preto.

A Lapa da Santa, outro importante registro pré-histórico está situado no caminho que liga a parte baixa do Parque à Chapada do Couto. Trata-se de pequena lapa que possui uma parte abrigada com pinturas rupestres pré-coloniais, e ainda um pequeno nicho com uma imagem de Nossa Senhora. Este local é considerado um ponto de romaria tendo grande importância arqueológica e etnográfica.



Figura 29. Grafismos rupestres e depredações. A direita, pequeno nicho para acomodação da imagem de Nossa Senhora. Parque Estadual do Rio Preto – MG.

Seguindo a mesma estrada encontra-se um grande abrigo com exposição para W, a Lapa do Filó. Apresenta testemunhos de ocupação pré-colonial, tendo sido no passado mais recente ocupado, segundo informações, por famílias de garimpeiros, tropeiros e catadores de sempre vivas.

Apresenta aproximadamente 80 metros de abertura por 13 metros de profundidade. No interior do abrigo há vários blocos com dimensões variadas. Sua porção norte é mais baixa, apresentando no fundo uma sedimentação bem

⁵ Alguns sítios arqueológicos deste parque foram objeto de levantamento e pesquisa coordenados por M. J. Rodet, 2002; 2004.

orgânica. Este local foi durante alguns séculos, utilizado para guardar animais tendo sido feitas também sucessivas fogueiras. De acordo com relatos orais de antigos moradores, há lembranças da realização de inúmeros bailes e forrós no interior da lapa. Apresenta em seu solo atual, algumas lascas de quartzo. Na parte central do abrigo, há um bloco com alguns afiadores ou incisões pré-coloniais. Na porção sul do afloramento, em parede menos inclinada há um suporte que apresenta vestígios de figurações rupestres ao longo de 12 metros de parede.

Em seguida, a Lapa do Tropeiro, um abrigo com exposição NE, com 22 metros de abertura e oito metros de profundidade, apresenta, em algumas de suas paredes internas, vestígios de figuras rupestres, a maioria delas em cores amareladas. A morfologia interna deste abrigo apresenta pouco espaço para uma ocupação humana mais "confortável". As pinturas rupestres estão situadas a aproximadamente 1,90 metros do chão. Alguns locais do teto apresentam sinais de fuligens, comprometendo parcialmente a integridade de algumas figuras.

A Lapa do Diomar, um importante sítio arqueológico com figurações rupestres, apresenta, em sua maioria, cervídeos preenchidos por traços, que podem ser vistos em alguns suportes da parte interna do abrigo, como também em sua parte alta e externa, em parede situada acima de um platô, a aproximadamente 5 metros de altura em relação ao piso. As figuras da parte externa se encontram em bom estado de conservação, podendo, inclusive, serem avistadas de longe, devido à falta de proteção de árvores de médio porte. No piso da parte interna do abrigo, há manchas escuras de material orgânico. No entanto, esta também apresenta indício de ocupações mais recentes, através de estruturas de pedra de fogueiras e fogão de barro.



Figura 30. Exemplo de figurações rupestres – “Lapa do Diomar”. Parque Estadual do Rio Preto - MG

Em outras lapas da região, tanto na parte interna da unidade de conservação, quanto na área de entorno e zona de amortecimento, também foram encontradas várias figurações rupestres que, como as demais, podem ser associadas à

Tradição Planalto. São elas a Lapa do Juraci, da Camarinha I, Sampaio, entre outras, além de regiões na Serra do Gavião e Pedra Menina.

5. Estratégias para a conservação integrada do patrimônio arqueológico, espeleológico e cultural

A realização de um inventário do patrimônio arqueológico existente no contexto de cada unidade de conservação é fundamental para a configuração de um quadro diagnóstico que possa indicar ações necessárias para a sua conservação integrada no plano de manejo.

Deve-se também prever um investimento permanente na formação educacional dos guarda-parques e agentes ambientais por meio de cursos sobre Patrimônio Arqueológico, que também abarquem outras disciplinas afins, como História, Antropologia Social, além de noções de espeleologia.⁶

A maioria dos moradores que habitam localidades do entorno das Unidades de Conservação, desconheciam, em sua maioria, ocorrências de sítios arqueológicos na região. O principal problema detectado em todos os parques, sobretudo no Biribiri, e na parte alta do Rio Preto, foi a grande quantidade de inscrições recentes nos abrigos arqueológicos, muitos deles possuidores de figurações rupestres pré-coloniais. No entanto, muitos destes também fazem parte de antigas rotas de moradores locais e viajantes, que muitas vezes, os utilizam como pontos de parada ou de descanso, conforme já mencionado.

Mesmo após a implantação definitiva de infra-estrutura nestas unidades, espera-se que estes caminhos, muitos deles percorridos a gerações, não sejam vetados, mas sim monitorados pelos agentes ambientais de cada unidade, impedindo que alguns atos, como realização de fogueiras abaixo de paredes com pinturas rupestres, por exemplo, possam incorrer na perda ou prejuízo de um testemunho de interesse arqueológico e cultural. Faz-se necessário conceber que o uso atual destes ambientes apresenta um valor etnográfico vivo e dinâmico, que não pode ser negligenciado, ainda mais dentro de uma “unidade de conservação”.

Desta maneira, as atividades e especificidades dos grupos sociais e tradicionais locais devem, na verdade ser respeitadas e incentivadas por meio de uma relação dialógica e de reverência. Entre as unidades Rio Preto e Pico do Itambé, inclusive, se encontram várias comunidades negras rurais ou afrodescendentes, além de famílias que se dedicam periodicamente à coleta da sempre-viva. Estas comunidades não devem ser vetadas em suas atividades culturais e mobilidade nas localidades abrangidas pelas Unidades de Conservação.

⁶ Nos estudos diagnósticos de arqueologia foram sugeridos alguns estudos complementares fundamentais para o zoneamento e plano de manejo, dentre eles, de espeleologia e bioespeleologia.

Agentes naturais vêm comprometendo a integridade de alguns sítios arqueológicos. É preocupante o estado de conservação dos antigos caminhos dos Parques do Pico do Itambé e Biribiri, pois estes se encontram em local de topografia bastante acidentada, acelerando o processo erosivo, ocasionando o desmoronamento de importantes trechos calçados. Da mesma forma, a degradação natural dos suportes rochosos, escorrimentos minerais, instalação de colônias de insetos, dentre outros, vêm causando a destruição parcial ou total de muitos conjuntos de figuras rupestres pré-coloniais.

Todos os sítios arqueológicos e espeleológicos, independente de sua situação de acessibilidade por parte do público, situados em zonas de total ou parcial restrição, devem ser monitorados e objetos de ações específicas direcionadas que visem a sua proteção.

No caso dos sítios arqueológicos indicados como aptos para integrar um roteiro de visitação pública controlada faz-se também necessária a realização de um plano de manejo específico, dentro dos parâmetros normativos e legais. O plano de manejo de cada sítio (a céu aberto e em abrigos ou cavernas), por meio de estudos interdisciplinares, deverá indicar, em detalhe a viabilidade deste tipo de uso turístico, além das formas de proteção dos seus vestígios e elementos componentes, através da instalação de equipamentos como guarda-corpos, sinalização específica, sistemas de trilhas, dentre outros, que possam garantir a acessibilidade e contemplação por parte de seus visitantes.

REFERÊNCIAS

- [1] ALMEIDA, M. J. Avaliação de impactes e património cultural. Que papel para o arqueólogo e para o património arqueológico? In: **Praxis Archaeologica**, Associação Profissional de Arqueólogos, Porto, v. 3, p. 161-166, 2008.
- [2] BASTOS, R. L.; SOUZA, M. C. **Normas de gerenciamento do património arqueológico**. 2. Ed. São Paulo: IPHAN, 2008.
- [3] BAETA, A.; PILÓ, H. **Diagnóstico Arqueológico nas áreas de abrangência do Parque Estadual do Biribiri, Município de Diamantina**. Instituto Estadual de Florestas-IEF, SEMAD/ PRODETUR (STCP Engenharia de Projetos Ltda), Belo Horizonte, Setembro de 2004 (1).
- [4] BAETA, A.; PILÓ, H. **Diagnóstico Arqueológico nas áreas de abrangência do Parque Estadual do Pico do Itambé, Município de Santo Antônio do Itambé, Serro e Serra Azul de Minas**. Instituto Estadual de Florestas-IEF, SEMAD/ PRODETUR (STCP Engenharia de Projetos Ltda), Belo Horizonte, Setembro de 2004 (2).
- [5] BAETA, A.; PILÓ, H. **Diagnóstico Arqueológico nas áreas de abrangência do Parque Estadual do Rio Preto, Município de São Gonçalo do Rio Preto**. Instituto Estadual de Florestas-IEF, SEMAD/ PRODETUR (STCP Engenharia de Projetos Ltda), Belo Horizonte, Setembro de 2004 (3).
- [6] FAGUNDES, M.; LARA, L. S.; LEITE, V. A. Paisagem cultural na Área Arqueológica de Serra Negra, Vale do Araçuaí, Minas Gerais: os sítios do Complexo Arqueológico Campo das Flores, municípios de Senador Modestino Gonçalves e Itamarandiba. **Revista Tarairiú**, v. 05, p. 41-58, 2012.
- [7] FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, Minas Gerais. Monumentos Históricos e Artísticos – Circuito do Diamante In: **Barroco** n.16, Belo Horizonte: Coleção Mineiriana, 1995.
- [8] FURTADO, J. F. **O Livro da Capa Verde**. O Regimento Diamantino de 1771 e a vida no Distrito Diamantino no período da Real Extração. São Paulo: Annablume, 1996.
- [9] ISNARDIS, A. **Entre as Pedras; as ocupações pré-históricas recentes e os grafismos rupestres da região de Diamantina, Minas Gerais**. (Tese de Doutorado). MAE/USP, São Paulo, 2009.
- [10] ISNARDIS, A.; LINKE, V. Pinturas Rupestres de Diamantina e Municípios Vizinhos. **ANAIS XIII Congresso da SAB, Patrimônio e Turismo** – Campo Grande, MS: Ed. Oeste, 2005 (Mídia eletrônica).
- [11] JUNQUEIRA, P.; MALTA, I. **Levantamentos Arqueológicos- Bacia do Jequitinhonha**. CEMIG, Belo Horizonte, 1987.
- [12] MACHADO FILHO, A. da M. **Arraial do Tijucu**, Cidade Diamantina. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. USP, 1980.
- [13] PROUS, A.; BAETA, A.; RUBBIOLI, E. **O Patrimônio Arqueológico da Região de Matozinhos** – Conhecer para proteger. Belo Horizonte: Grupo Votorantim, 2003.
- [14] RODET, M. J. (Coord.) **Relatório de Campo, Parque Estadual do Rio Preto-MG**, Dezembro de 2002.
- [15] RODET, M. J. (Coord.) **Relatório Geoarqueológico, Parque Estadual do Rio Preto**, Setembro de 2004.
- [16] SAINT-HILAIRE, A. de. **Viagem pelo Distrito dos Diamantes e Litoral do Brasil**. Trad. Leonam de Azeredo Penna. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Ed. USP, 1974.

Archaeology in Conservation Areas of the Diamantina Region - MG. The successive occupations of its landscapes and cavities

Alenice Motta Baeta¹
Henrique Piló²

¹ Archaeologist. STCP Consultant Engineering Ltd - SEMAD-IEF/MG. Technical Coordination Program of Archaeological Potential Diagnostic in areas covered Biribiri, Rio Preto and Itambé Parks. State Forestry Institute - IEF / MG.

² Archaeologist. STCP Consultant Engineering Ltd. SEMAD-IEF/MG. Archaeologist Program and Diagnostic Potential Archaeological in areas covered Biribiri, Rio Preto and Itambé Parks. State Forestry Institute - IEF / MG.

Abstract This report intends to present information gathered during the archaeological survey of areas belonging to three state conservation unities located near the town of Diamantina, state of Minas Gerais: State Park of Pico do Itambé, State Park of Rio Preto and State Park of Biribiri. This study is part of a larger project aiming to provide an environmental zoning and management plan for these areas. The most significant archaeological sites found during the study are described, with emphasis on the archaeological remains. General guidelines devised to protect and assess the significance of the archaeological heritage are also discussed.

Key words: Archaeology, Conservation Areas, Diamantina.

Informações sobre os autores

Alenice Baeta (STCP Engenharia de Projetos Ltda)

Endereço para correspondência: Rua São Vicente de Paula, 231 Ibirité - Grande BH, Minas Gerais CEP: 32.400-000

E-mail: alenicebaeta@yahoo.com.br

Link para currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/9198596947187784>

Henrique Piló (STCP Engenharia de Projetos Ltda)

Endereço para correspondência: Rua São Vicente de Paula, 231 Ibirité - Grande BH, Minas Gerais CEP: 32.400-000

E-mail: alenicebaeta@yahoo.com.br

Link para currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0715078333282085>

Artigo Recebido em: 10-09-2013

Artigo Aprovado em: 11-11-2013